



A confluência dos conceitos de educação, capital humano e crescimento económico na perspectiva do desenvolvimento de Moçambique

The confluence of the concepts of education, human capital and economic growth from the perspective of Mozambique's development

Sebastião Mate¹
José Luiz Furtado²

RESUMO

A localização geoestratégica de Moçambique, aliada às condições agro-ecológicas e recursos minerais, coloca-o na posição de sonhador privilegiado, no que se refere ao desenvolvimento, num ritmo considerável e competitivo, condicionado pelo capital humano competente e engajado à essa tendência. O presente artigo objectiva reflectir sobre a confluência dos conceitos de Educação, Capital Humano e Crescimento Económico numa perspectiva de desenvolvimento de Moçambique. Quanto à natureza de pesquisa é aplicada e exploratória no que concerne ao objectivo, e na abordagem metodológica é qualitativa, cujos meios de investigação foram as consultas bibliográficas, através dos trabalhos realizados e publicados. Este artigo representa uma revisão de literatura, através de reflexões sobre a subordinação entre os conceitos de educação, capital humano e o crescimento económico. Neste diapasão, as reflexões concluem que, o crescimento económico não ocorre por si só, senão pela subordinação dos conceitos de educação e capital humano, sustidos pelo ensino de qualidade ao longo da formação. Ademais, a educação através da qualidade de ensino é um determinante imprescindível na formação do capital humano de excelência, alicerçado pelo conhecimento detido pela população nos variados aspectos. Portanto, estes elementos são impulsionadores sociais na produção e gestão, cujo fim último centra-se no incremento da renda e consequente crescimento económico.

Palavras-chaves: Educação, Capital Humano e Crescimento económico

ABSTRACT

Mozambique's geostrategic location, combined with agro-ecological conditions and mineral resources, places in the position of a privileged dreamer, with regard to development, at a considerable and competitive pace, conditioned by competent human capital committed to this trend. This article aims to reflect on the confluence of the concepts of education, human capital and economic growth from a development perspective in Mozambique. As for the nature of the research, it is applied and exploratory with regard to the objective, and the methodological approach is qualitative, who used a collection technique was bibliographical consultation. This article represents a literature review, through reflections on the subordination between the concepts of education, human capital and economic growth. In this sense, the reflections conclude that economic growth does not occur by itself, but through the subordination of the concepts of education and human capital, supported by quality teaching throughout training. Furthermore, education through the quality of teaching is an essential determinant in the formation of excellent human capital, based on the knowledge held by the population in various aspects. Therefore, these elements are social drivers in production and management, whose ultimate aim is focused on increasing income and consequent economic growth.

Keywords: Education, Human capital and Economic growth.

¹ Doutorando em Filosofia (UFOP). Aluno.Email: sebastiao.mate@aluno.ufop.edu.br. Brasil. ORCID iD: <https://orcid.org/0009-0007-87789970>. Mestrado em Ciências de Educação (ISGE-GM). Moçambique. Licenciado em Ensino de Filosofia (UP-Beira). Moçambique.

² Doutorando em Filosofia.(UFMG).Docente(UFOP).Brasil.Email:josefurtado1956@hotmail.com.ORCID iD: <https://orcid.org/0000-0002-7021-1618>.



INTRODUÇÃO

O presente artigo versa sobre a confluência entre os conceitos Educação, Capital Humano e Crescimento Económico numa perspectiva focada ao desenvolvimento de Moçambique. Constatase que, a localização geoestratégica de Moçambique aliada às condições agro-ecológicas e recursos minerais, coloca o país na posição privilegiada e de sonhador de desenvolvimento num ritmo considerável e competitivo ao nível da região, condicionado pelo capital humano competente e engajado à essa tendência.

Este estudo objectiva reflectir sobre a subordinação entre os conceitos chave acima arrolados, e compreendê-los de forma sistémica na busca de resultado comum, num ângulo do desenvolvimento por meio de respostas às seguintes questões: Que factores determinam o crescimento económico? Que subordinação se pode achar entre a educação e o capital humano? Que relação se estabelece entre o capital humano e o crescimento económico? Até que ponto a formação e engajamento do capital humano, pode alavancar o crescimento económico e consequente desenvolvimento do País?

A busca de respostas baseou-se na revisão de literatura de autores como Viana e Lima (2010), Mosca e Matos (2010), Kelnar *et al* (2013), Zucula (2021), entre outros, associando os instrumentos como os Planos Estratégicos da Educação e Plano de Acção para a Redução da Pobreza Absoluta (PARPA), num olhar audacioso sobre o desenvolvimento de Moçambique.

A relevância deste estudo assenta-se na visão de que a herança dum povo reside no valor à educação, sobretudo de qualidade, ao longo do processo de formação do capital humano, que por sua vez solidifica o crescimento económico de uma nação focada ao desenvolvimento, mas também que se esmera para salvaguardar os direitos fundamentais dos cidadãos, através de provimento de serviços sociais básicos. Portanto, o ensino de qualidade é um dos factores determinantes e imprescindíveis na formação do capital humano de excelência, através de modelos adequados de produção e gestão, que asseguram a manutenção dos serviços do Estado e não só, garantindo os rendimentos satisfatórios e estáveis, com tendência crescente.

Segundo Viana e Lima (2010), várias evidências publicadas na literatura indicam forte relação entre crescimento económico e o nível de capital humano existente em



determinados espaços geográficos. Por isso, com esta concepção infere-se que, a aposta pelo ensino de qualidade a todos os níveis pode proporcionar uma visão intelectual de um povo que se engaja no acompanhamento da evolução económica do país como um todo, colocando as comunidades no equilíbrio comunitário, através de influências na formação do capital humano, elemento crucial na elevação da produção e produtividade e os demais capitais que adiante serão classificados por Kliksberg (1999), devido a novas técnicas e ferramentas de gestão, que irão estabilizar os custos do processo produtivo e consequente estímulo ao crescimento económico. A realização desta pesquisa cingiu-se pela abordagem qualitativa, cujo meio de investigação foi a consulta bibliográfica dos trabalhos realizados e publicados.

PROCEDIMENTO METODOLÓGICO

Para a realização desta pesquisa usou-se a abordagem qualitativa cujos meios de investigação foram as consultas bibliográficas, sob inspiração dos autores, Marconi e Lakatos (1992), Gil (2010) ao partilharem da mesma perspectiva que, a pesquisa bibliográfica baseia-se em material já publicado, constituído principalmente de livros, artigos científicos, revistas, teses e por informações especializadas em *sites*, cuja finalidade é fazer com que o pesquisador entre em contacto com todo o material escrito sobre um determinado assunto, auxiliando na análise das suas pesquisas.

Acrescentando, Silva (2017 apud Zucula 2021), diz que essa pesquisa explica e discute um tema ou problema com base em referências teóricas já publicadas em livros, revistas, periódicos, artigos científicos, etc. Trata-se de uma análise exploratória sobre a confluência dos conceitos de Educação, Capital Humano e Crescimento Económico numa perspectiva de desenvolvimento de Moçambique, através de vários trabalhos realizados e publicados.

Ademais, privilegiou-se a análise de conteúdo para o alcance dos resultados no seguimento de Gonçalves, Gonçalves e Marques (2021) ao afirmarem que um dos grandes objectivos da análise de conteúdo é o de organizar os conteúdos de um conjunto de mensagens num sistema de categorias que traduzam as ideias-chave veiculadas pela documentação em análise.



Os Factores determinantes do crescimento económico

O debate sobre o crescimento económico constitui interesse de todos os tempos no seio dos moçambicanos e não só, cujo objectivo assenta-se na busca de mecanismos sólidos para o incremento da produção e produtividade, assim como do Índice do Desenvolvimento Humano (IDH). Segundo Kliksberg (1999 apud VIANA e LIMA, 2010) os factores determinantes do crescimento económico classificam-se nos seguintes tipos de capital:

- a) *Capital natural*, constituído pelos recursos naturais existentes em cada país ou região, bem como a proporção de terras com boas condições de cultivo, extracção vegetal e mineral, entre outros aspectos;
- b) *Capital construído* (capital físico), o qual inclui a infra-estrutura, bens de capital, capital financeiro e comercial;
- c) *Capital humano*, caracterizado pelos níveis de nutrição, saúde e educação da população, além dos investimentos inseridos nessa área;
- d) *Capital social*, determinado pelo nível de associação entre os indivíduos, estudado recentemente como uma forma determinada do crescimento económico, tanto de base local, quanto regional. Dentre tais variáveis, o autor ressalta que o capital humano e o capital social têm obtido maior participação no desempenho económico-regional.

No mesmo diapasão Viana e Lima (2010) enaltecem afirmando que, os factores de produção como terra³; capital⁴ e trabalho⁵ são os elementos básicos para a produção de bens e serviços, gerando riquezas e influenciando o desempenho económico. Esta perspectiva, impulsiona uma visão focada ao desenvolvimento, se repararmos para o manancial de recursos naturais que justificam as potencialidades mais que suficientes para a sonhar com o desenvolvimento económico competitivo, mas com o envolvimento dos nativos como donos e gestores dessa herança da natureza, sem, no entanto, haver interferências quer internas e/ou estrangeiras no processo de exploração.

Conforme se pode notar, os factores determinantes do crescimento económico estabelecem estre si, uma relação de dependência fazendo com que entre eles haja

³ Terras cultiváveis, urbanas e recursos naturais.

⁴ Edificações, máquinas e equipamentos.

⁵ Faculdades físicas e intelectuais dos seres humanos.



complementaridade, facto que exige um entendimento mútuo na sua valoração. Esta visão atrela-se ao pensamento de Kliksberg (1999) e Viana e Lima (2010), ao reconhecer pelas condições distintas que o país dispõe, a urgência de forjar estratégias exequíveis para a exploração e benefício directo pelos recursos diversos aos moçambicanos, através da qualidade de vida e longevidade e, consequente subida do Índice do Desenvolvimento Humano.

Portanto, estes factores nos arrastam à percepção desproporcional entre a herança da natureza e a o ritmo do desenvolvimento do país, desde a independência nacional do jugo colonial, pois apesar de ter sido útil e necessária, precipitou outra dependência de falta de quadros qualificados para assegurar nesse período, os sectores de produção após as nacionalizações, justificando-se por um lado, pela falência ou privatização de certas fábricas e dos campos de produção, e por outro lado, pela importação de mão-de-obra e serviços.

A assinatura de memorandos e a ratificação de convenções *incongruentes* hipotecaram a independência efectiva do país, através da neocolonização dos credores como o Fundo Monetário Internacional e tantos outros países que se julgam irmãos ou amigos, colocando o país numa eterna dependência ao longo dos 50 anos de independência.

A educação e o capital humano

A evolução da humanidade cria na vivência quotidiana, o espírito criativo e de aprendizagem, gerando mudanças sociais e despertando a necessidade de potenciar o conhecimento através da educação, quer formal ou informal, cujo fim último centra-se no desenvolvimento individual e/ou social, que deve estimular o incremento da produção e produtividade, através de capital humano de excelência, focado na construção do país no contexto do desenvolvimento económico competitivo.

De acordo com o MINED na sua Política Nacional de Educação (1995) e no Plano Estratégico (2006), a educação constitui um direito fundamental de cada cidadão e é o instrumento central para a melhoria das condições de vida e a elevação do nível técnico e científico dos trabalhadores. Por via disso, ela representa-se como meio básico para a compreensão e intervenção nas tarefas do desenvolvimento social, na luta pela paz e reconciliação nacional.



É nessa perspectiva que o governo defende uma concepção de desenvolvimento baseado no conhecimento e aplicação da ciência e da tecnologia, cuja pesquisa científica se torna um instrumento determinante, na descoberta das tecnologias mais adequadas ao País. Para fazer face a esta pretensão, precisa-se dum capital humano audacioso e engajado no processo de desenvolvimento, através de acção colectiva e de comprometimento no sistema educativo, visando uma formação de qualidade à altura das necessidades do país.

Na esteira do pensamento de Viana e Lima (2010), a teoria do capital humano relata que a educação torna as pessoas mais produtivas, aumenta seus salários e influencia o progresso económico, tal como se pode depreender no Plano de Acção para a Redução da Pobreza Absoluta - PARPA (2013) na visão de que, a Educação constitui um dos sectores chave do plano de acção do Governo para a redução da pobreza absoluta, pois apenas uma população bem formada e competente poderá, efectivamente participar na vida plena da sociedade.

Portanto, é necessário o paralelismo entre a expansão do ensino, quer geral, técnico profissional e/ou superior, com os reais problemas sociais que se pretendem resolver ou satisfazer, pois na visão de Nakabashi e Figueiredo (2005 apud KELNIAR *et al* 2013), o capital humano é criador de novas ideias e gerador de tecnologia, cuja tecnologia é um forte determinante do crescimento económico a longo prazo. Os autores acrescentam que, o que determina o potencial do capital humano é o quanto seu trabalho está sujeito a inovações tecnológicas, isto é, quanto mais mudanças, mais valor tem o trabalho humano.

Nessa asserção, não se pode cogitar num desenvolvimento competitivo ao nível da região, sem no entanto considerar o investimento do Sector da Educação como prioridade incontornável na provisão do capital humano qualificado nas suas diversas dimensões, pois por um lado, com os quadros do sector motivados e comprometidos pode resultar satisfatoriamente aos objectivos almejados, e por outro lado, a revisão curricular ajustado aos conteúdos que condizem com a realidade do aluno e do país no geral⁶, pode despertar maior interesse na aprendizagem, cuja finalidade resume-se na solução de problemas locais pelos locais, assim

⁶ O sector introduziu por exemplo, as disciplinas profissionalizantes como Agro-pecuária e Noções de Empreendedorismo e TIC's, mas também sente-se a necessidade de incorporar o conteúdo sobre a gestão financeira e as consequências da dívida, quer individual e/ou do Estado, na disciplina de matemática do ensino secundário ou mesmo em Noções de empreendedorismo. Esta visão pode precipitar que o aluno perceba sobre aplicação prática de conteúdos no seu dia-a-dia.



como na redução de custos e contratação de mão-de-obra estrangeira por alegada falta e/ou por fraca qualidade.

O Plano Estratégico do Sector da Educação (2012) destaca o ensino técnico profissional com grande impacto no desenvolvimento económico do país. Portanto, a formação e qualificação da força de trabalho neste ramo do ensino, requer uma adequada coordenação entre a educação e o trabalho, de forma a harmonizar as especialidades, as áreas e os processos de formação com as reais necessidades do país.

Foi nesse âmbito estratégico, que o governo moçambicano apostou na criação de centros de formação profissional em zonas com recursos naturais específicos, para formar quadros e explorar as potencialidades que o país dispõe, na visão do saber fazer, em resposta da demanda de mão-de-obra qualificada e estabelecimento de prioridades nas áreas específicas com necessidade extrema para o país, evitando a *super-formação* em áreas saturadas, mas em contra partida continua a importação de mão-de-obra estrangeira, pois as instituições "perdem" o real foco da criação, que se assenta no capital humano qualificado e competitivo, facto que acentua o índice de desemprego, apesar de inúmeros quadros formados em diferentes áreas.

Um outro aspecto não menos importante é a estratégia do governo, da liberalização do ensino, através da Lei nº27/2009 de 29 de setembro do Ensino Superior, que não devia em momento algum constituir obstáculo de qualidade, se nos repararmos para a dissonância entre o retorno dos investimentos e a qualidade, facto que determina a questão do produto final através de competências exibidas, sobretudo no ensino superior, que revela até certo ponto pelo esquecimento do seu real foco.

Segundo Mosca e Matos (2010) no âmbito da formação do capital humano destacam o ensino superior como resposta a longo prazo de desafios da construção da nação, de uma sociedade aberta e democrática com exercício activo da cidadania e do desenvolvimento económico num ambiente não protegido e competitivo à escala global.

Mediante a abordagem, os autores advogam que educação e o ensino superior terão de se pautar por parâmetros de qualidade internacional, o que significa, nomeadamente, que os técnicos formados terão competências equivalentes e capacidades competitivas individuais para actuar em qualquer mercado de trabalho ou concorrer no seu país com técnicos estrangeiros.



Depreendendo a visão de Mosca e Matos, concorre para um entendimento adverso hoje em dia na realidade moçambicana, na medida em que, a demanda do ensino superior tende a focar-se para o retorno salarial e/ou resposta a uma exigência administrativa ao nível das instituições, sobretudo do ensino superior⁷, e não necessariamente na busca de respostas aos reais problemas sociais, se tomarmos como base, as competências exibidas após graduação, facto que urge uma análise mais aprofundada sobre os objectivos da formação no ensino superior em relação aos das próprias instituições que oferecem o próprio ensino e não só.

Numa visão mais acutilante de Kelnar *at al* (2013), o capital humano está atrelado a educação, tanto qualitativa ou quanto quantitativamente, pois muitos estudos foram feitos considerando o tempo empregado em educação e o tipo de educação dispensada ao factor humano. O resultado da educação pode ser observado na renda do trabalhador e sua participação no processo de desenvolvimento económico.

A Agenda 2025 advoga que o desenvolvimento futuro de Moçambique depende da forma como o País souber explorar os seus recursos, as sinergias e as parcerias internas, bem como o aproveitamento integral das oportunidades que a integração regional e a globalização oferecem em matéria de serviços e negócios. Ademais, serão relevantes para os países exportadores de matéria-prima não manufacturada, as reformas a serem alcançadas no seio da Organização Mundial do Comércio (OMC) relativamente ao acesso de produtos provenientes dos países em vias de desenvolvimento aos mercados dos países industrializados.

Mediante abordagem retro, remete-nos à consciência de envolvimento dos moçambicanos em todas as esferas que concorrem para o desenvolvimento, quer do ponto de vista de formação, produção ou até mesmo negocial, no caso concreto das multinacionais que operam no país e se apoderando das fragilidades intelectuais de negociação ou mesmo da acção egocêntrica dos que eventualmente tem o poder decisivo, sendo que para a sua gestão, a participação de “todos” como um povo merecedor, é crucial através da representação pela sociedade civil.

⁷ A lei ou norma segundo a qual, para leccionar no Ensino Superior deve ter o nível mínimo do Mestrado, precipita para que, independentemente da área ajustada à leccionação, o visado se forme para garantir a sua permanência ou admissão, sem, no entanto, observar-se o seu último nível de formação académica e o seu campo de actuação actual. Portanto, não porque a norma esteja desajusta, mas o rigor do seu enquadramento para a qualidade deve corresponder pela exigência da área de leccionação com a de formação, isto é, não basta o Mestrado, mas deve estar de acordo com a área em questão, para garantir melhor acompanhamento e qualidade almejada.



A Educação e o Ensino de Qualidade

Um dos problemas que as instituições do ensino se deparam, centra-se na desproporção entre a expansão e a qualidade. De acordo com Zucula (2021), a expressão “qualidade da/na/em educação”, no marco de sistemas educacionais, admite uma variedade de interpretações dependendo da concepção que se tenha sobre o que esses sistemas devem proporcionar à sociedade que a procura. “O significado da qualidade da educação deve ser devidamente contextualizado, tendo em conta os processos de desenvolvimento social, económico, cultural, político, científico, entre outros, não existindo um entendimento comum acerca do que é a qualidade de educação” (ZUCULA, 2016 apud ZUCULA, 2021, p.195).

De acordo com Beira, Vargas e Gonçalo (2015), a qualidade na educação pressupõe por um lado, o envolvimento e a participação de todos os intervenientes da comunidade escolar, desde as instâncias superiores até a comunidade em geral, e por outro lado, os responsáveis pela gestão escolar devem dar oportunidade para o envolvimento da comunidade (interna ou externa) da escola impulsionando e agindo de forma mútua e conectada.

De acordo com o PARPA (2013), a qualidade da educação é um elemento fundamental que contribui para aumentar a capacidade dos cidadãos de resolverem os seus problemas e melhorarem o seu nível de participação na vida da sociedade. Ademais refere ainda que o governo deverá investir em todos os níveis e subsistemas da educação para aumentar a qualidade dos seus recursos humanos e o rendimento colectivo e individual.

No seguimento da política educacional nacional e na consciência de que o ensino deve ser prioridade a todos os níveis, onde o professor desempenha um papel fundamental para assegurar que a qualidade seja o centro da sua actuação, é necessário que no mínimo as condições de trabalho sejam aceitáveis, aliado ao investimento na formação dos recursos humanos. Zucula (2021) afirma que, a formação deve ser concebida como um processo permanente, integrada no dia a dia dos professores e das escolas.

Outros aspectos que afectam a qualidade da educação moçambicana são: a remuneração baixa, carreira pouco valorizada socialmente, condições de trabalho inadequadas, políticas educacionais inapropriadas, bem como currículo e procedimentos de ensino que não vão de acordo com o contexto actual, entre outros, são também apontados como indicadores de qualidade da educação que o sistema



educacional moçambicano deve ter em conta ou enfrentar na sua política ou na sua agenda (ZUCULA, 2021, p. 200).

Na visão estratégica de qualidade de ensino a todos os níveis anunciados pelo governo, através do MINED (2012) no seu Plano Estratégico, nos submete a curto, médio e longo prazos, à formação de técnicos competentes, com atitudes competitivas de trabalho, espírito profissional e que desejam aprender ao longo da vida, com o propósito de melhorar as suas competências e, legitimamente melhorar os rendimentos do trabalho e o prestígio social por méritos acumulados. Ademais, o governo almeja formar técnicos com visão empreendedora, inovadora, intelectualmente questionantes e críticos, pessoas que assumam a responsabilidade patriótica do desenvolvimento, da democracia, da construção da nação e de um Estado de direito pleno.

Ainda na perspectiva do PARPA (2013), o desafio da educação é reforçar a qualidade e eficiência do sector, aumentando deste modo, a oferta de oportunidades educacionais. Assim, no ensino primário a implementação do novo currículo do ensino básico, formação dos professores, e a distribuição de material didáctico serão chave para assegurar a redução das desistências e repetições, reduzindo em consequência o custo unitário por graduado.

De acordo com o presente plano de acção, infere-se que a preocupação com a qualidade do ensino assegura a consciência de que não é possível sonhar com o crescimento económico sem investir para a qualidade do ensino no país, isto é, a educação de qualidade é sem dúvida um determinante necessário para a excelência do capital humano, mas que passa pelo investimento em todas as facetas, quer infra-estruturas, meios tecnológicos, recursos humanos, etc. para a formação do capital humano engajado na resposta da demanda de profissionais de qualidade e comprometidos com o desenvolvimento.

Ao falar-se da qualidade do ensino sujeitámo-lo ao julgamento do seu mérito em função dos resultados emergidos como produto de acções desenvolvidas no campo educativo, traduzindo-se num juízo de valor. Portanto, é fundamental pensar na qualidade no contexto de formação do capital humano que possa responder qualitativamente os anseios do crescimento económico, e engajando-se audaciosamente nas esferas de produção nos diversos domínios.

O capital humano versus crescimento económico



O crescimento económico é um tema de destaque no século XX segundo Souza (1999 apud KELNIAR *at al* 2013), para o autor as raízes teóricas e empíricas do crescimento económico se originaram das crises económicas. Para o autor, não existe uma definição universalmente aceite de desenvolvimento e deve-se atentar para não confundir com o crescimento. Nessa visão, o autor define o crescimento como variação quantitativa do produto, enquanto desenvolvimento envolve avanço tecnológico com mudanças qualitativas na vida das pessoas.

Na perspectiva conceitual Becker (1993 apud VIANA e LIMA 2010) defende que, o capital humano é um conjunto de capacidades produtivas que uma pessoa pode adquirir, devido à acumulação de conhecimentos gerais ou específicos, que podem ser utilizados na produção de riqueza. Kelniar *at al* (2013), por sua vez olha para o crescimento económico como resultado de investimentos e melhorias no factor humano.

Desta feita, no seguimento conceitual acima discutido, inferimos que o capital humano e crescimento económico estão ligados por uma relação recíproca, pois crescimento económico é para os seres humanos indício de avanço nas condições de vida e o progresso do capital humano é indispensável no processo de crescimento económico. Ademais, nos trilhos do pensamento de Fernandes (s/d) depreende-se que o capital humano influencia a teoria do crescimento económico e nos domínios da saúde e dos fluxos migratórios, aliado às desigualdades salariais e transferência dessas desigualdades entre gerações e ao problema da discriminação salarial em geral.

Por sua vez, Viana e Lima (2010) defendem que, o nível de capital humano de uma população influencia o sistema económico de diversas formas, com o aumento da produtividade, dos lucros, do fornecimento de maiores conhecimentos e habilidades, e também por resolver problemas e superar dificuldades regionais, contribuindo com a sociedade de forma individual e colectiva. “A qualificação e o aperfeiçoamento da população, advindos do investimento em educação, elevariam a produtividade dos trabalhadores e os lucros dos capitalistas, impactando na economia como um todo” Schultz (1964 apud VIANA e LIMA, 2010, p.3).



Diante disso, a inclusão do capital humano nos modelos de crescimento económico é uma questão chave para se compreender a dinâmica da economia a longo prazo, uma vez que, até então, esse fenómeno era explicado somente pelo capital natural e capital construído existente entre regiões e países. Portanto, a formação do capital humano ajustado às suas habilidades constitui ferramentas para o crescimento económico, pois é pelo seu comprometimento que revela as competências e engajamento no trabalho, aumentando a produção e produtividade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Homem é o sujeito de transformações por intermédio das suas faculdades cognitivas que lhe atribuem a responsabilidade de produzir para o seu bem-estar social. Por conseguinte, a educação tem influência determinante no rendimento do trabalhador, pois actua no aperfeiçoamento de habilidades que geram competências produtivas que concorrem para o aumento de sua renda e na manutenção dos actuais índices de crescimento económico e desenvolvimento.

A educação de qualidade é um factor determinante e necessário para a excelência do capital humano, e passa pelo investimento em todas as facetas, quer de infraestruturas, de meios tecnológicos, de recursos humanos, etc. para garantir a sua formação e engajamento na resposta da demanda de profissionais de qualidade e comprometidos com o desenvolvimento.

Mediante o pensamento de Kliksberg (1999) e Viana e Lima (2010), os determinantes do crescimento económico, revestem aos moçambicanos o espírito de consciência sobre as condições que o país dispõe e forjar estratégias exequíveis para exploração de diversos recursos em benefício directo aos moçambicanos, através da qualidade de vida e longevidade, e consequente subida do Índice do Desenvolvimento Humano.

No capital humano e crescimento económico se estabelece uma conectividade, pois o capital humano se reveste de responsabilidade de abnegação para fazer fluir o crescimento económico e consequente desenvolvimento do país. Portanto, a formação do capital humano ajustada às suas habilidades constitui ferramentas sólidas para o crescimento económico, pois



é pelo seu comprometimento que se revelam as competências e o engajamento no trabalho, numa clara visão de aumento da produção e produtividade.

O povo moçambicano no seu todo é revestido de responsabilidade nas esferas que concorrem para o desenvolvimento, quer do ponto de vista de formação do capital humano, produção e produtividade ou até mesmo negocial, no caso concreto com as multinacionais que operam no país que se apoderam das fragilidades intelectuais de negociação ou mesmo da acção egocêntrica dos que eventualmente têm o poder decisivo.

Os conceitos de Educação, Capital Humano e Crescimento Económico devem ser compreendidos de forma sistémica, pois confluem entre si, isto é, não devem agir isoladamente no contexto do desenvolvimento do País.

REFERÊNCIAS

AGENDA 2025. *Visão e Estratégias da Nação*. Maputo. 2003.

BEIRA, J.C., Vargas, S.M.L., Gonçalo, C. R. *Gestão de qualidade do ensino básico em Moçambique: um estudo em escolas primárias e públicas*. Navus-Revista de Gestão e Tecnologia, 5(4), 65-77. 2015.

BRASIL. LEI nº18/2018 de 28 de Dezembro do Sistema Nacional de Educação.

MARCONI, M. A.; Lakatos, E.M. *Metodologia do trabalho científico*. São Paulo: Editora Atlas, 1992. 4ª ed. p.43 e 44.

FERNANDES, N. G. *O Modelo do Capital Humano na Explicação das Diferenças Salariais - Uma Aplicação ao Mercado de Trabalho em Portugal*. Lisboa. (s/d).

GIL, A. C. *Como Elaborar Projectos de Pesquisa*. 4. ed. São Paulo: Atlas. 2010.

GONÇALVES, S. P., Gonçalves, J., & Marques, C. G. *Manual de investigação Qualitativa*. 2021.

GOVERNO DE MOÇAMBIQUE. *Plano de Acção Para a Redução da Pobreza Absoluta:2006-2009*. 2006.

KELNIAR, V. C. Lopes, J. L.; Pontili, R. M. *A Teoria do Capital Humano: Revisitando Conceitos*. UNESPAR/FECILCAM. 2013.

KLIKSBERG, B. *Capital social y cultura, claves esenciales del desarrollo*. Revista de la CEPAL, Santiago de Chile, n. 69. 1999.



MINED-Ministério da Educação. *Política Nacional de Educação e Estratégias de Implementação 1995-1999*. Minerva Central. Maputo. 1995.

MINED-Ministério da Educação. *Plano Estratégico da Educação e Cultura 2006-2011*. Maputo. 2006.

MINED-Ministério da Educação. *Plano Estratégico da Educação 2012-2016*. Maputo. 2012.
MOÇAMBIQUE. Assembleia da República. Lei nº 27/2009 de 29 de Setembro do Ensino Superior. *Imprensa Nacional*. 2009.

MOSCA, J. e Matos, N. *Desafios do Ensino Superior Desafios para Moçambique*. ESE. 2010.
VIANA, G. e Lima, J. F. *Capital humano e crescimento económico*. 2010.

ZUCULA, A. F. *Avaliação e qualidade da educação em Moçambique: Uma análise a partir dos indicadores educacionais*. www.revisitas.uneb.br 01-05-2022, 12:34. 2021.

Recebido em: 30 de setembro de 2025.

Aprovado em: 05 de dezembro de 2025.

Publicado em: 01 de janeiro de 2026.

Autoria:

Autor 1:

Nome: Sebastião Mate

Doutorando em Filosofia (UFOP). Aluno.Email: Mestrado em Ciências de Educação (ISGE-GM). Moçambique. Licenciado em Ensino de Filosofia (UP-Beira). Moçambique.

E-mail:sebastiao.mate@aluno.ufop.edu.br. Brasil. **ORCID** iD: <https://orcid.org/0009-0007-87789970>.

País:Moçambique

Autor 2:

Nome: José Luiz Furtado

Instituição: Doutorado em Filosofia.(UFMG). Docente (UFOP).

Email:josefurtado1956@hotmail.com.

ORCID iD: <https://orcid.org/0000-0002-7021-1618>.

País: Brasil